

no que concerne ao capital que terá o Tesouro de submeter para aumento do capital da Companhia. Os demais membros votaram pelas conclusões com a alteração proposta pelo Ministro do Exterior. O Senhor Presidente declara, então, que, em vista da decisão do Conselho, aprovando as conclusões da Comissão Especial, remeterá o processo ao Ministério da Fazenda para a elaboração da mensagem ao Congresso solicitando - aumento do capital da Companhia para R\$ 650.000.000,00; - autorização para a realização de operações financeiras internas e externas a fim de atender às conclusões das obras do programa em curso; - autorização para que o Tesouro Nacional preste o apoio às operações financeiras que foram realizadas. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente dá por encerrada a sessão, da qual eu, General de Divisão Heitor Lopo, redigi esta ata que depois de lida e aprovada pelos membros do Conselho presentes à sessão, mandei registrar no livro correspondente onde vai por todos assinada.

Erudio B. Dutra
 J. Camêlo D. da Costa
 Ruy Drummond
 Alvim Falcão

Stênio Mariani

Jen. Salomão Corrêa Oburo, Chf. e C. H. F. A

Marinha
 Guerra
 Exterior
 Viação
 Agricultura
 Educação
 Aeronautica

EMA
 EMPer.

Ata da ^{deci. m. n.} sessão do Conselho de Segurança Nacional.

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de mil novecentos e quarenta e sete, às dez horas, nesta cidade do Rio de Janeiro, no Palácio do Catete, reuniu-se o Conselho de Segurança Nacional, sob a presidência do Senhor Presidente da República, General de Divisão Eurico Gaspar Dutra, com a presença dos Senhores Ministros de Estado, doutor Benedito da Costa Neto, do Interior e Justiça; Almirante de Esquadra Sílvio de Noronha, da Marinha; General de Divisão Canrobert Pereira da Costa, da Guerra; doutor Morvan Dias de Figueiredo, do Trabalho, Indústria e Comércio; doutor Daniel de Carvalho, da Agricultura; doutor Clóvis Bastona, da Viação e Obras Públicas; doutor Clemente Mariani, da Educação e Saúde; Tenente-Brigadeiro Fernando Figueira Trompowski de Almeida, da Aeronautica; doutor Pedro Luiz Cunha e Costa, da Fazenda; e mais General de Exército Salvador Cesar Oburo, Chefe do Estado-Maior Genl; General de Divisão Milton de Freitas Almeida, Chefe do Estado-Maior do Exército; Major-Brigadeiro Jervasio Duncan Rodrigues, chefe do Estado-Maior da Aeronautica e Vice-Almirante Adalberto Lara de Almeida, Chefe do Estado-Maior da Armada. O Senhor Ministro do Exterior fez-se representar pelo Ministro Antonio Camil de Oliveira, Secretário Genl. interno do Ministério do Exterior. A sessão foi secretariada pelo Senhor General de Divisão Heitor Lopo, Secretário Genl. do Conselho. Estiveram ainda presentes, dos Trabalhos, o Coronel Decio Palmeira de Escobar e o doutor José Leal de Mascarenhas, respectivamente, chefe e assessor técnico do Gabinete

da Secretaria Geral do Conselho, e o Coronel Bernardino Couêa de Mattos Netto, Presidente da Comissão de Estudos e Fiscalização de Minerais Estratégicos. Aberta a sessão, declara o Senhor Presidente que o Conselho fora convocado, a pedido do Ministro do Exterior, para opinar a respeito dos pontos de vista defendidos pelo Comandante Alvaro Alberto na Comissão de Energia Atômica (C. E. A.) da organização das Nações Unidas (O.N.U.), e formular instâncias que orientem a sua atenção nos problemas em foco naquela Comissão.

O Itamaraty encaminhou à Secretaria Geral do Conselho cópia dos relatórios de dezembro de julho e primeiros de agosto, do corrente ano, apresentados pelo Comandante Alvaro Alberto ao Chefe da representação brasileira junto à Organização das Nações Unidas, bem como cópia do parecer que sobre os mesmos emitira ao Chefe interno da Comissão de Organismos Internacionais do Itamaraty. Todo esse expediente foi submetido ao exame da Comissão de Estudos e Fiscalização de Minerais Estratégicos, cujo parecer será lido pela Secretaria Geral do Conselho. Com a palavra, o General Meis Filho pede licença para ler antes o parecer do Chefe interno da Comissão de Organismos Internacionais do Itamaraty, que esclarece a matéria em exame. Passa, então, a ler esse documento que, em resumo, diz o seguinte: No seu relatório de 30 de julho o representante brasileiro junto à C. E. A. informa que: A) - Os E. E. U. U. se acham empenhados na criação de um órgão internacional com direitos exclusivos de aquisição de matéria prima para produção dos combustíveis nucleares, de distribuição desses combustíveis e da energia resultante, por meio de um sistema de quotas; B) - o delegado brasileiro tem dependido os quatro pontos seguintes: a) - preços compensados para as matérias primas fornecidas; b) - cota melhorada de combustíveis e de energia elétrica deles resultantes para os países fornecedores de matéria prima; c) - prioridade para instalações, em territórios brasileiros, de uma usina metalúrgica destinada ao processamento do tório e do urânio, e instalações de reatores; d) - finalmente, concessão de um lugar permanente para o Brasil no Conselho de direção do órgão internacional de controle. C) - questões fundamentais, como as das quotas de combustíveis nucleares e a da localização de usinas de energia atômica, entrarão em discussão final praticamente, após haver expirado o mandato do Brasil no Conselho de Segurança e na C. E. A.; D) - o único ponto sobre o qual parece haver encontrado o Comandante Alvaro Alberto simpatia acanhada da delegação Norte-Americana foi o relativo à representação permanente do Brasil na direção do órgão internacional. Em resposta ao pedido de instâncias formulado pelo Comandante Alvaro Alberto, o Ministério do Exterior determinou-lhe que mantivesse as reservas apresentadas, até o recebimento das instâncias definitivas que lhe seriam enviadas posteriormente à chegada do seu segundo relatório ao Ministério. No relatório de primeiros de março, o Comandante Alvaro Alberto dá conta dos progressos obtidos pelas reivindicações brasileiras. Concordeu a delegação americana em que a questão das quotas fosse discutida ainda este ano, e, ainda mais em que, a título de concessão ao ponto de vista brasileiro, se incluisse o seguinte preceito no segundo relatório da C. E. A. "a agência internacional dará uma compensação razoável (fair) e equitativa pelo fornecimento de matérias primas, nos termos dos acordos celebrados com as nações interessadas". O Comandante Alvaro Alberto pondera não haver inconveniente em consentirmos nesta redação, por julgá-la bastante satisfatória. Consultada, por isso, se poderia retirar a ressalva que apresentara anteriormente e constava do relatório técnico do "Working group", onde aparece como nota de rodapé nos seguintes termos: "a Delegação Brasileira solicitou

que ficasse registado que, na sua opinião, as nações possuíam doras de matérias primas, depois de contribuir com a sua quota para atender as necessidades do resto do mundo, seja permitido fazer uso de quantidades adicionais, conforme o quieriam, para desenvolvimento de sua própria economia e fins pacíficos. A delegação brasileira concorda em que o uso desse combustível adicional fique sujeito a todas as salvaguardas presentes pelo órgão internacional." O Chefe Interino da Comissão de Organismo Internacionais do Itamaraty opinou que se analisasse a retirada da reserva dada que o representante brasileiro considera a formula final perfeitamente aceitável. Quanto às instâncias, opina o mesmo chefe que o delegado brasileiro deve continuar a defender a formula por ele sugerida como critério para distribuição de quotas de combustíveis nucleares e de instalações de usinas, "até chegar-se a um resultado que satisfaça a um tempo a doutrina aprovada e os documentos constitutivos do segundo relatório a ser submetido pela C.E.F. ao Conselho de Segurança e à salvaguarda dos legítimos interesses dos países produtores de matérias primas". Ao parecer que acabava de ser lido foram dados os seguintes despacho: "Inteiramente de acordo. Submete o assunto à consideração do Senhor Chefe do S.P.C. Respeitosamente, a) Carlos Silvestre de Ours, Neto. De acordo. Ao Senhor Secretário Geral. a) C. Oliveira. De acordo. Responde-se ao Conte. Moran. Alberto conforme se sugere no parágrafo 6º. Faz-se a consulta ao Conselho de Segurança Nacional. a) H. Acidly. Passa, a seguir, o General Almeida a ler o parecer da C.E.F.M.E., assinado pelo seu presidente, que, depois de breves referências à origem do processo, natureza e conteúdo de suas peças, diz: "Há duas questões distintas a considerar no tocante às medidas de caráter internacional à energia atômica: a) - O problema do controle dos combustíveis nucleares, de modo a impedir sejam eles sub-repticiamente desviados para fins belicosos. b) O problema da utilização desses combustíveis na produção industrial de energia destinada a fins pacíficos. - Claro é que, em relação ao item a, todas as nações deverão colaborar submetendo-se às providências de caráter geral e de interesse coletivo, julgadas necessárias a um perfeito e eficiente controle internacional. - Admitida a possibilidade de tal controle, pressuposto esse, em verdade, indispensável à realização de qualquer acordo internacional nesse terreno, resta o problema da utilização dos combustíveis nucleares nos empreendimentos pacíficos. - Nesse caso, nada justifica a tese de uma política internacional restritiva, capaz de privar somariamente as nações possuidoras das matérias primas de que são extraídos os combustíveis nucleares, do direito de utilizá-los, com objetivos pacíficos, de vez que tal política não se estende a outras fontes naturais de energia, tais sejam o carvão, o petróleo, ou a energia hidráulica. - Também desigualmente distribuídos nos diversas regiões da Terra. - Admitindo-se embora que, para tornar mais eficiente o controle dos combustíveis nucleares, fosse lido por necessários cometer a um órgão internacional a exclusividade na elaboração dos respectivos minérios, bem como na produção e distribuição de tais combustíveis, é óbvio que essa distribuição deveria ser feita por meio de cotas preferenciais, levando em conta as constituições de minérios, das diferentes nações. - Pretender outro critério para essa distribuição, equivaleria a desapropriar as nações mais bem aquinhoadas de elementos físicos, de tais recursos vitais para o seu desenvolvimento econômico e para o seu progresso industrial. Caso alguém pretendesse atribuir a um órgão internacional a redistribuição de outros recursos naturais, como sejam, os combustíveis, os fertilizantes, e os minerais de significação

economica, certamente as nações possuidoras dessas materias primas não concordariam com semelhante criterio, que haveria de impedir-lhes utilizar aquelas riquezas em seu proprio beneficio. — Qualquer compromisso internacional a ser assumido pelo nosso país, no sentido de assegurar a eficiencia das medidas de caracter coletivo, visando impedir o desvio de "combustiveis nucleares" para fins belicos, deverá, portanto, ressaltar explicitamente que não seremos privados do direito de utilizar, como fonte de energia, o torio e o uranio contidos em nossos minérios, de facto a compensar a nossa deficiencia em combustiveis. — Foi justamente esse o ponto de vista habilmente defendido pelo representante do Brasil na Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas, como se evidencia no texto das communicações feitas, salientando-se os paragrafos nº 1, 9, 11, 19, 32, 37, 50, do relatório de 19 de julho e, mais especialmente, o paragrafo 32 da pg. 2 e os paragrafos 1, 3 e 4 da pg. 3 do relatório de 1º de agosto. — Parece-nos, pois, que tal ponto de vista deva ser defendido com o maior ardor, a fim dos interesses vitais do nosso país. — A alteração introduzida, a 30 de julho, na redação do paragrafo X 11 do mencionado documento internacional, p. digi. internacional, embora já represente parcial victoria de tese brasileira, ainda se mantém longe da amplitude desejada, qual seja a de outorgar as garantias especificadas no proposito da nossa representação, constante do paragrafo 32 do relatório de 19 de julho, sobretudo tendo-se em vista a supressão da nota de rodapé a que se refere o paragrafo 9 do mesmo relatório. — Seria de real importancia para o Brasil que, no documento internacional, fosse adotada uma redação capaz de esclarecer de maneira precisa, não se limitar a compensação referida no paragrafo X 11 a questão "preco", mas abarcar, por igual, as condições discriminadas no paragrafo 32, já mencionado. — Parece-nos, portanto, de toda prudencia não abrir mão das ressaltos tão oportunamente formulados pela Delegação Brasileira junto a C. E. A. (Comissão de Energia Atômica), sobretudo os que constam do paragrafo 32 acima alludido, pois que, desta forma, convertem nossos pontos de vista o vice, bastante plausível, de não mais terem a defender, a presenca de nossos representantes nas reuniões futuras, as quais já pretendem conferir a discussao daquilo assunto, segundo revelou o Emb. Alvaro Alberto. Vale ainda ressaltar a conveniencia de que nas negociações de minérios a serem realizadas pelo órgão Internacional, tenha o país detentor dos jazidos o direito de acompanhar os trabalhos. — Além disso, julgamos que o tratamento inicial dos minérios tem como a separação dos diferentes grupos de elementos uteis, deverá ser realizado no territorio nacional, sem prejuizo do controle do órgão internacional. No caso em que não for isso possivel, os elementos não fissionaveis que acompanham o uranio e o torio nos seus minérios deverão ser restituídos às nações que fazem fornecer a materia prima." Lido o parecer, pergunta o General Meir se o Conselho deseja que se proceda à leitura dos relatórios do Comandante Alvaro Alberto, o que foi julgado dispensavel. O Senhor Presidente põe em discussao o parecer. Manifesta-se o General Cesar Ottoni para dizer que não comprehendem bem a diferença entre os pontos de vista do Itamaraty e da Comissão de Minerais Estratégicos. O Coronel Bernardino, com a palavra, explica que não há divergencia entre o Itamaraty e a Comissão. A Comissão entende que o Brasil não pode opor-se à ideia, já victoriosa, de criação de um órgão internacional que se encarregue do controle dos minerais atomicos. Mas atendendo a que o país é pobre em combustiveis convetes, acha que não deve abrir mão do direito de utilizar, para fins pacificos e ainda que sob o controle do órgão internacional, a sua propria materia prima, depois de haver concordado com a quota que lhe for atribuida

para a distribuição mundial. Outro ponto que a Comissão defende, diz ele, é que o tratamento inicial dos minérios, bem como a separação dos elementos fissionáveis, sejam realizados nos países produtores, ou, se isso não for possível desde logo, que se restituam a esses países os elementos não fissionáveis resultantes daquela separação. Cita a importância da censo e do tântal, encontrados nas áreas monaziticas de onde se extrai torio. O Major-Brigadeiro Duncan Rodrigues defende o mesmo ponto de vista, acentuando a importância do tântal na construção de motores de propulsão a jato. O Ministro Daniel de Carvalho diz que a Secretaria, em última análise, sustenta o ponto de vista expressado primitivamente pelo Cmt. Moan Albert. O Coronel Bernardini, desta vez, esclarece que a C.E.F.M.E. é de parecer que se torne explícita na convenção que for assinada a regra da distribuição de quotas preferenciais. Pedem, porém, o Ministro Daniel de Carvalho que essa mesma proposição o Cmt. Moan Albert. A questão é saber se a convenção que a C.E.F. propõe deve tornar explícita a compensação exigida pelos produtores ou se deve deixar a sua discriminação para os acordos que forem celebrados posteriormente. O Cel. Bernardini expressa que é de maior interesse que a convenção estabeleça as compensações, por isso que o Brasil, país produtor, não é, contudo, bastante forte para fazer prevalecer posteriormente as suas reivindicações. O Ministro Daniel de Carvalho diz que procure exatamente os esclarecimentos necessários a uma decisão. Pede que seja reaberto o trecho de informação do Itamaraty referente à fórmula proposta na C.E.F. para atender ao ponto de vista do Cmt. Moan Albert no concernente às compensações. O General Alcides Lente lê: "e mais que, em documento oficial elaborado pelo 'grupo de trabalho', e cujo conjunto constituirá o corpo do relatório, foi feita uma concessão especial ao ponto de vista brasileiro correspondente ao item b), acima, segundo a qual: 'a agência internacional dará uma compensação razoável (fair) e equitativa pelo fornecimento de matérias primas, nos termos dos acordos celebrados com as nações interessadas', o que se sobrepõe à ideia que prevalecia anteriormente no seio da C.E.F. de considerar como condições suficientes apenas um preço adequado". O Ministro Daniel de Carvalho, declarando-se perfeitamente esclarecido, opina favoravelmente à manutenção pelo Cmt. Moan Albert do seu ponto de vista primitivo. O Ministro Camil de Oliveira, justificando o parecer do Itamaraty, diz que será difícil obtermos a anuência para a utilização da quantidade de combustíveis nucleares que desejamos. O organismo internacional de controle atribuir-nos-á certamente uma quota e nada mais. Do parecer da C.E.F.M.E. é interessante a exigência do beneficiamento dos minérios no país. Em resumo, o Brasil já obteve: a promessa de quota adicional, a de beneficiamento no país e a de representação permanente no organismo internacional de controle. O Ministro Correa e Costa manifesta-se favorável à adoção integral do parecer da C.E.F.M.E. Aceitaremos o controle, acrescenta ele, mas queremos o direito de fornecer a matéria-prima beneficiada e o de utilizar, para fins pacíficos, a quantidade que bem entendermos de nossos próprios minérios. O Coronel Bernardini afirma que o controle pode ser perfeitamente realizado pelo corpo internacional no caso de beneficiamento dos minérios no país. Tratando do problema da compensação, diz que o preço, a esse título, por si só, não é interessante para o país exportador de minérios, por que os metais obtidos quando da separação do urânio e do torio são de grande valor. Não ainda tem evidência as vantagens dos combustíveis nucleares sobre os convencionais. O Ministro Daniel de Carvalho declara que os esclarecimentos prestados pelo Cel. Bernardini são precisos. O Ministro Morvan de Figueiredo opina

pela aceitação do parecer sem discussões. O Brasil não tem reservas de carvão, pelo que não é justo que abra mão de combustíveis atômicos existentes em seu solo, necessários ao desenvolvimento de sua economia. O Coronel Bernardino diz que não possuem a época do carvão, mereço das grandes reservas mundiais, digo, reservas mundiais, mas ninguém pode afirmar que se não encontram, digo, que se não encontram na da energia atômica. Refere-se aos esforços que ora se fazem no sentido de destilar-se o carvão no sub-solo, para assinalar quão atrasada se acha a indústria carvoeira. Lembra o preço da triptana e diz que a energia do futuro é a proveniente da desintegração atômica. O Ministro Morvan de Figueiredo, apoiando a argumentação do Coronel Bernardino, ressalta as dificuldades em que se debate a indústria carvoeira. Os últimos recenseamentos em Nova Gales, Inglaterra, demonstram que as famílias mineiras não desejam que seus filhos sigam a profissão dos pais. Há escassez de mão de obra. O Major-Brigadeiro Duncan Rodrigues expressa a opinião de que os documentos lidos apreciam perfeitamente todos os fatos. As Teses do Comandante Álvaro Alberto foram mais bem definidas pelo relatório da C.E.F.M.E. De acordo com as informações prestadas pelo Cmt. Álvaro Alberto, a situação do problema na C.E.F. é a seguinte: 1º Todos concordam com o controle internacional dos combustíveis atômicos; 2º os delegados norte-americanos mostram simpatia pela reivindicação do Brasil relativo à ocupação de um lugar permanente na Comissão de Energia Atômica; 3º a utilização dos combustíveis fissionáveis, para fins pacíficos, não está posta em termos tão positivos e precisos como o deseja a C.E.F.M.E.; 4º o beneficiamento dos minerais nos países produtores não foi considerado pela C.E.F.; 5º a vertificação dos componentes não fissionáveis dos minerais em que há minerais atômicos também não foi expressa na Convenção projetada pela C.E.F. Não convém que o Brasil abra mão dessas exigências, pois que é preciso preparar o terreno para as gerações futuras. O Ministro Trompowski manifesta-se de acordo com o parecer e pede licença para levantar uma questão. Quando o Cmt. Álvaro Alberto foi designado para a C.E.F. já havia elaborado, com a cooperação de outras personalidades, um projeto de criação do Conselho Nacional de Energia Atômica, que apresentou aos fóruns. Pergunta, então, em que teria ficado esse projeto? O Cel. Bernardino informa que tomou conhecimento desse projeto, e que, talvez, o fórum o tenha religado para outra oportunidade, porquanto era muito avançado para a situação em que se encontra o problema da energia atômica entre nós. Mas o fórum criou a Comissão de Estudos e Fiscalização de Minerais Estratégicos que veio suprir, de certo modo, o Conselho proposto. Expõe o que há e se faz no Brasil em matéria de energia atômica, citando, entre outras, as realizações do Departamento de Pesquisas Nucleares, da Faculdade de Filosofia de São Paulo. Aproveitando a oportunidade, dirige, então, um apelo ao Senhor Presidente da República para que estabeleça o regime de tempo integral para os eminentes pesquisadores que se entregam desinteressadamente aos estudos dos problemas da energia nuclear. O Ministro Clemente Mariani esclarece que o Cmt. Álvaro Alberto lhe sugeriu a organização de um Instituto de altos Estudos, destinado a orientar os nossos estudantes no campo da energia atômica e selecionar os de maior pendor para encaminhá-los ao Canadá e E.E.U.U. Acrescenta o Ministro que não chegou a submeter o assunto à consideração do fórum, por que o Dr. Oswaldo Franha prometera elementos para a organização do Instituto e ele ainda os estava aguardando. O Ministro Sílvio de Moronha informa que o Cmt. Álvaro Alberto também lhe pediu que apoiasse o movimento em favor dos estudantes, digo, dos dos estudos de energia nuclear na Marinha, e declara que chegou a organizar instituições para o envio de oficiais a cursos especiais em Universidades Americanas. Acienta que não se trata de mandar estu-

